

Jaime Pestana revelou, no fim do ano judicial

2.310 processos pendurados na “Vara”

A Vara Mista do Funchal vai julgar, a partir de Setembro, 2.310 processos que transitam deste ano judicial. Jaime Pestana, um dos quatro juizes da Vara Mista do Funchal revelou, ontem, ao Jornal, no último dia de trabalhos dos tribunais portugueses que destes, 2.103 são de processos cíveis e 207 dizem respeito a processos que estão nas prateleiras do “crime”, desde que se prendam com casos cuja pena possa ser superior a cinco anos.

Jaime Pestana referiu que estes números, que dizem respeito apenas à Vara Mista, não são muito diferentes da última contagem, a feita em Janeiro de 2008 e que dizia respeito ao ano civil de 2007, quando existiam, por resolver, 2.070 processos cíveis e 198 processos crime.

Ora, para aquele Magistrado, o aumento até nem foi muito significativo, porque chegaram “pendentes” a 31 de Julho mais 33 casos na área cível e apenas mais 8 na área criminal com penas superiores a cinco anos. Para aquele juiz, o andamento dos processos até podia dar outros números, porque os quatro juizes que exercem na “Vara” acumulam também outras comarcas espalhadas pela ilha e desempenham outras funções que não apenas as de julgamentos naquela instância.

Além disso, para Jaime Pestana, basta que esteja agendado um processo com muitos arguidos para que os prazos dos outros tenham de ser revistos, como aconteceu já este ano com três “casos” de droga, que envolveram 19, 15 e 12 arguidos, o que demora semanas só em processos de inquirição aos implicados por parte de juizes e advogados em audiências.

Nunca ninguém definiu o que é o tempo ideal para um processo

Não há nenhum tribunal no mundo que não tenha processos por resolver, porque isso é uma dialéctica diária, uns entram e outros saem.

O juiz Jaime Pestana refere, por isso, que o que acontece é que entram sempre mais processos do que saem e o número dos que entram é “cada vez maior”, fazendo, naturalmente, com que as pendências que transitam para o ano judicial seguinte sejam cada vez mais.

Pode até parecer que a Justiça é lenta, mas a verdade é que é preciso ter em conta que “nunca ninguém definiu que tempo ideal que devia ter um processo”.

O juiz de Direito exemplifica mesmo com o caso de acção de despejo, em que um inquilino pode achar que “andou depressa demais” se o processo estiver dez anos para se resolver. No caso do senhorio, se o mesmo processo demorar seis meses, vai certamente dizer que “demorou tempo demais”.

Há, segundo Jaime Pestana, “um jogo de interesses” em que nunca ninguém descobriu onde está o ponto de equilíbrio.

Se a crítica em relação ao tempo de espera vier do lado de quem interpôs a acção, isso é sempre à custa do interesse da outra parte, salienta o Magistrado.

Tendo em conta, por outro lado, que a reforma do sistema está prestes a ser operada, apesar de na Madeira essa não ser muito sentida, Pestana alerta para o facto de não se poder fazer uma análise logo a seguir à entrada em vigor do novo modelo.

Casos mediáticos do ano judicial

As férias judiciais de Verão, que começam hoje, surgem numa fase de rescaldo de temas “quentes” como a questão do segredo de Justiça na “Operação Furacão” e o desfecho da investigação do “caso Maddie”, entre outros.

As críticas de magistrados e oficiais de Justiça ao novo mapa judiciário e ao modelo de gestão previsto para os tribunais, a troca de acusações entre o bastonário dos advogados e os juizes e a falta de perspectivas de progressão na carreira para os magistrados do Ministério Público foram outros assuntos que agitaram este ano a Justiça, a par da saída de Alípio Ribeiro da direcção nacional da Polícia Judiciária.

No plano dos processos judiciais mais mediáticos, as férias chegam sem que esteja ainda resolvido o julgamento de pedofilia da Casa Pia, que se arrasta há quase quatro anos e outros “mediáticos” que vão ainda ocupar muitas páginas de jornais na reabertura do ano judicial, como Vale e Azevedo e Esmeralda Porto, entre vários outros.